

## A FORMAÇÃO DE EDUCADORE(A)S PARA O ENSINO DE FOLCLORE INFANTIL: ANÁLISE DOCUMENTAL DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNESP DE MARÍLIA.<sup>1</sup>

**Nattany Ribeiro de Moraes**

Graduanda em Pedagogia.  
Universidade Estadual Paulista, FFC – Marília, SP.  
Agência Financiadora: FAPESP  
Rua Emilio Caleiro Sandoval, 74. B. Mirante Marília – SP  
Tel: (19) 8172-3118 (19) 9643-0781 nattany.ribeiro@hotmail.com

**Resumo:** O presente projeto de pesquisa é decorrente da nossa crença de que o homem possui necessidades orgânicas, biológicas, fisiológicas, mas o modo como o homem satisfaz essas necessidades depende da cultura e da herança ao qual está inserido. Sendo assim, o homem necessita aprender as habilidades que poderá desenvolver, pois ele não nasce com essas habilidades, personalidade e inteligência pronta, é o que difere do animal, que nasce com instinto e habilidades pré-determinadas. Já para o ser humano é necessário que lhe sejam dadas condições, sobretudo em processos educativos, que lhe sejam apresentados aspectos da sua cultura, para que possa haver um processo de apropriação. Nesse sentido, o presente projeto de iniciação científica tem como objetivo geral a identificação, reunião, seleção e análise de aspectos sobre a formação de professores acerca do trabalho com o folclore infantil. O *corpus* privilegiado para análise constituir-se-á dos projetos político-pedagógicos do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Unesp – Campus de Marília. Tal preocupação surge do fato de acreditarmos que os projetos político-pedagógicos evidenciam aspectos da identidade de um curso e, portanto, revelam aspectos acerca do futuro professor que constituirá nossa sociedade. Temos buscado embasar a pesquisa no conceito de cultura, pois o folclore está intimamente ligado à tradição e à cultura. Também, buscaremos analisar aspectos legais sobre a inserção no ensino para crianças dos temas e conteúdos da cultura brasileira e, em decorrência, do folclore infantil.

**Palavras-chave:** Formação de professores, cultura, folclore infantil.

### Introdução

Este projeto de pesquisa é resultado dos meus estudos de material teórico sobre o ensino sobre Folclore Infantil em escolas Brasileiras, mais precisamente no estado de São Paulo, e da minha preocupação com a formação do professor de educação infantil. Acredito, assim como tantos pesquisadores da educação, que esse tema é de fundamental importância cultural, porém, acaba no esquecimento, sobretudo na formação dos professores.

O interesse maior sobre o tema Folclore Infantil surgiu quando cursava o primeiro ano de minha graduação, em Pedagogia, na Universidade Estadual Paulista de Marília, mais especificamente a disciplina de Sociologia da Educação, ministrada pelo Dr. Marcelo Augusto Totti. Instigada por um trabalho final sobre Florestan Fernandes, parti para leituras aprofundadas, e me deparei com determinado tema em que o autor se dedicou

---

<sup>1</sup> Trabalho proposto para o grupo: GT 08 – Folclore e Práticas Educacionais, XVI Congresso Brasileiro de Folclore.

cerca de duas décadas. Após participar do grupo GP FORME - Formação do Educador<sup>2</sup>, liderado pela Dr.<sup>a</sup> Rosane Michelli de Castro, professora das disciplinas Didática I e II no curso descrito acima, a qual está também vinculada as linhas de pesquisa “História da formação de professores no Brasil”, “Didática, currículo e fundamentos da educação”, passei a ter uma maior preocupação sobre a formação de professores, e refletir sobre melhoramentos na educação pública, partindo de um ponto que julgo ser de grande importância, a formação de educadores. No decorrer das leituras, pude perceber como o folclore é essencialmente ligado a cultura.

A partir dessas reflexões procurei entender o conceito de cultura dentro de um processo de aprendizagem, de socialização.

A cultura é um processo acumulativo que passa necessariamente por um aprendizado. O antropólogo norte-americano Anfred Kroeber definiu com proeza essa relação ao distinguir uma suposta confusão entre o orgânico e o cultural. De acordo com Kroeber (1993, p.41): “uma das razões para esta confusão habitual do orgânico e do social é o predomínio, na presente fase da história do pensamento, da idéia da evolução”.

Kroeber parte da constatação de que o homem tem necessidades orgânicas, biológicas, fisiológicas, mas o modo como o homem satisfaz essas necessidades depende da cultura e da herança ao qual está inserido (LARAIA, 2006). Sendo assim, o homem necessita aprender as habilidades que poderá desenvolver, pois ele não nasce com essas habilidades, personalidade e inteligência pronta, é o que difere do animal, que nasce com instinto e habilidades pré-determinadas. Já para o ser humano é necessário que lhe sejam dadas condições, sobretudo em processos educativos, que lhe sejam apresentados aspectos da sua cultura, para que possa haver um processo de apropriação.

O que garante a criação de aptidões nas novas gerações é a apropriação de aspectos culturais. Considerando as condições sociais essenciais nesse processo para que seja possível o acesso do indivíduo a cultura, conforme define Laraia (2006, p. 45): “o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado”.

As crianças tornam-se adultas, adquirem costumes, hábitos mediante contato com outras pessoas (educadores, pais, crianças mais velhas, e outros). Assim, os professores têm papel principal nessa transformação, pois as crianças necessitam de mediadores mais experientes para que possam se apropriar de condições que as proporcionem decifrar sozinhas as conquistas da cultura humana. A tarefa do professor é garantir a reprodução das aptidões humanas que são produzidas pelo conjunto dos homens e, nesse sentido, garantir a transmissão da cultura.

A educação infantil é essencial para a criança, nesse período ela se constitui como ser humano. Somente no contato com o meio e com outras pessoas essa constituição do ser será estabelecida. Nessa socialização, ela tem a liberdade de praticar suas polaridades e se descobrir por meio da relação com as diferenças do seu semelhante.

No livro *Educação infantil*, a autora Ostetto (2009, p. 128) explicita a importância da formação do professor de uma forma clara e sucinta, neste determinado fragmento:

A formação do professor envolve muito mais que uma racionalidade teórica-técnica, marcada por aprendizagens conceituais e procedimentos metodológicos. Há, no reino da prática pedagógica, e da formação de professores, muito mais que domínio teórico, competência técnica e

---

<sup>2</sup> Cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil – CNPq; certificado pela UNESP.

compromisso político. Lá estão histórias de vida, crenças, valores, afetividade, enfim, a subjetividade dos sujeitos implicados [...]

Levando em conta que as crianças se desenvolvem em contato com adultos e com crianças mais experientes, devemos estimulá-las de uma forma natural, para que repetindo as ações que observam, possam se apropriar delas. O importante é que as relações entre adultos e crianças, em qualquer momento, sejam embasadas pelo respeito mútuo e pelo diálogo. Dessa forma a criança terá um bom modelo a seguir, o modelo de seus jogos, sendo encaminhada a uma apropriação da moralidade e assim se desenvolverá.

Uma boa parcela da cultura simbólica que a criança carrega, quando entra na vida comum com pares<sup>3</sup>, é inserida na realidade dela mediante ao contato com mitos e lendas culturais. A partir de leituras sobre o folclore infantil, se pode entender a seriedade do assunto e o professor pode utilizá-lo como instrumento de trabalho com as crianças.

O folclore possui um valor educativo, o ser humano, por seu intermédio não só participa de um sistema de ideias, sentimentos e valores. Agem e raciocinam em função dele, quando as situações assim exigem. O educador raramente se interessa por assuntos dessa ordem. Para ele, as questões pautadas na educação metódica têm maior mérito que as atreladas à educação informal. A qualidade que esta experiência possui para o educador, é especial, não importa somente o que o aluno aprende e o como o aluno aprende, todavia o que pode vir a fazer com o que aprende.

Segundo Florestan Fernandes, constituindo seu mundo social próprio, a criança adquire experiências e possibilidades de adequação ao meio social e de correspondência às expectativas dos outros. As influências socializadoras do folclore são construtivas, “elas amadurecem a capacidade de atuação social da criança.” (2004, p. 67).

Podemos notar a influência educativa do folclore em diversas perspectivas, na vida cotidiana, onde ela se estabelece, é construtiva: “corresponde a motivações desencadeadas pelas próprias condições de existência dos indivíduos.” (FERNANDES, 2003, p.69).

A exploração lógica do tema, no sentido ordenado tem por merecimento algum estudo. Podemos incentiva-la independentemente de invenção de disciplinas novas, por meio de uma simples modificação da atual orientação pedagógica, valorizando os recursos educativos do meio social ambiente.

### **Nosso folclore: alguns aspectos**

Os primeiros folcloristas dizem que o folclore compreende tudo que culturalmente se explica como apego a tradição, ao passado, rotina, costumes e elementos de determinados grupos sociais. Quando o assunto é folclore, torna-se praticamente inevitável ligar a tradição, que vem do verbo latino “*tradere*” que significa trazer, entregar, transmitir, ensinar. Portanto, tradição é a transmissão de costumes e práticas culturais de um povo (sobre natureza material ou espiritual), também podendo ser passada de pais para filhos com o passar do tempo. Assim conserva-se a memória de um grupo social.

---

3 No livro *Sociologia da Infância*, de Corsaro (2011), o autor define cultura de pares como um conjunto estável de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e compartilham em interação com outras crianças.

Antes de surgir a atual definição de folclore, existiam arqueólogos, historiadores, literários, sociólogos e outros estudiosos dos costumes e tradições populares que o haviam denominado como folk-lore, esta palavra sofreu mudanças como explicita Biasi (2008, p. 32): “A palavra folk-lore foi usada até a década de 1930, quando a língua portuguesa sofreu uma reforma. A partir de então, com a extinção do ‘k’ a palavra passou a ser escrita como a conhecemos hoje: folclore”.

A importância do folclore passa a tomar tamanha dimensão ao longo da história humana (quando se encara sua contribuição ao conhecimento), que em certo momento é determinado que o folclore não se refere a uma ciência à parte, mas sim um método de pesquisas. O estudo do folclore permite observar fenômenos que lançam certa perspectiva sobre o comportamento humano, como a natureza dos valores culturais de uma coletividade. Trata-se da análise dos elementos culturais cotidianos e tradicionalmente utilizados por indivíduos que partilham de uma mesma configuração sociocultural e esses elementos culturais podem ser materiais ou espirituais. Assim, “considerando o folclore como método, precisamos circunscrever-lhe o sentido, a fim de verificar que espécie de método ele é”. (FERNANDES, 2003, p.58)

Existe uma convicção compartilhada entre folcloristas e cientistas sociais, segundo Florestan Fernandes (2003), que seria: “o folclore constitui uma realidade social”. É necessário reter, no campo de observação, aspectos que interessam especificamente as respectivas disciplinas dos profissionais, para se relacionar, devidamente, as ocorrências folclóricas as situações sociais de vida. São situações sociais no sentido mais amplo: exprimem modalidades de comportamento de grupos, e vinculam-se às condições da vida social organizada da comunidade, assumem assim um caráter que satisfaz necessidades psicossociais e socioculturais impostas. O interessante seria estabelecer ligações que permitam interpretar estrutural, funcional ou socialmente as ligações das referidas ocorrências com os fatores, condições ou efeitos psicossociais ou socioculturais do comportamento humano organizado.

Dessa forma, o folclore possui uma forte influência sobre a natureza social humana, se bem analisadas as conexões dentro do meio social será evidente as condições positivas que são apresentadas, condições estas educativas na formação da personalidade e continuidade social.

Florestan Fernandes redefine esse conceito trazendo a luz de uma redefinição sociológica baseada na mudança social, dos contextos do meio social, de uma sociedade rural em desagregação para uma civilização urbano-industrial.

Essa redefinição do folclore discutida por Fernandes (2004) nos remete a observação temporal, as características dos anos 1940 e a compreensão de uma época, em que a cultura folclórica não tinha uma dimensão universal, ela se manifestava de maneira difusa e peculiar, na rua, nas esquinas que hoje é uma grande metrópole: São Paulo.

Na visão do autor, essa manifestação folclórica tinha uma função social, que não é mera forma de divertimento, brincadeiras ou conto de mitos, ela era substancialmente uma fonte socializadora, a partir de uma relação de equidade dentro da cultura infantil, ou seja, o folclore operava como “fonte de atualização e de perpetuação de estados de espírito e de atitudes que garantem a eficácia dos meios normais de controle social” (FERNANDES, 2004, p.14). O trabalho de Florestan Fernandes nos faz assim encarar a cultura infantil como base da cultura da sociedade.

Além de sua importância cultural, como trata a Carta do folclore de 1951 e sua

releitura feita em 1995, adaptando-se as transformações da sociedade Brasileira, o folclore também é protegido por Lei, está previsto na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216 que regem a proteção do patrimônio cultural brasileiro, sobre bens materiais e imateriais da humanidade, que diferem grupos formadores da sociedade.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1.º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2.º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1.º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2.º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3.º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4.º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5.º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Segundo a Comissão Nacional de Folclore (1995), “A importância do folclore como parte integrante do legado cultural e da cultura viva, é um meio de aproximação entre os povos e grupos sociais e de afirmação de sua identidade cultural.” A Comissão entende folclore e cultura como equivalentes, não desassocia quaisquer dos grupos que a produzem, gerados naturalmente ou economicamente.

As manifestações folclóricas são partes constituintes da cultura nacional, e possuem valor equivalente as demais expressões culturais. Portanto, devem ter a mesma promoção, de pleno direito, aos incentivos públicos concedido à cultura como um todo e as suas atividades.

Os estudos folclóricos devem ser utilizados como método de estudo, o folclore em si não é uma ciência, mas um método de pesquisas. Atualmente, a pesquisa no folclore

pede uma readaptação metodológica dos pesquisadores combinando procedimentos de investigação e análise, profissionais estes das áreas de Ciências Humanas e Sociais.

A pesquisa folclórica produtiva será aquela que constituir avanço teórico na compreensão do tema e em resultados práticos que beneficiem os agrupamentos estudados, objetivando também a auto-valorização do portador e do seu grupo quanto à relevância de cada expressão, a ser preservada e transmitida às novas gerações. (Comissão Nacional do Folclore, 1995 p.1).

Como metodologia de pesquisa, a Comissão Nacional do Folclore (1995) recomenda uma atuação participativa que visa integrar pesquisador e pesquisado. E que organizassem grupos de pesquisa e multidisciplinaridades para tratar do tema. Os resultados das pesquisas seriam então, organizados em coletâneas que refletiriam a diversidade cultural de cada região, e o resultado total transmitido à comunidade. Sendo assim, o resultado final divulgado, possuiria valorização e aproveitamento didático.

Quanto à formação específica do professor dentro do âmbito universitário, a Comissão também julga válido motivar a criação de Cursos de Graduação ou/Pós Graduação que formem especialistas, que seriam direcionados a pesquisa da cultura popular. “Incorporar o tema folclore aos programas do PET (Programa Especial de Treinamento) e outros programas, tais como Monitoria de Iniciação Científica, a estudantes participantes de pesquisa de folclore”. A ideia que defendemos então, não seria de que se destinassem disciplinas que tratassem apenas do tema folclore, mas que seria preciso introduzir outras matérias, de sentido similar ou ainda maior para o estudo da cultura.

A escolha sobre algumas disciplinas que estão citadas nesse trabalho foram pautadas em um pequeno trecho, porém não de menor importância, da Carta do folclore. Sobre a escolha feita embasada em Jogos e Atividades Lúdicas:

15. Realizar o levantamento mais completo possível do cancionário folclórico, das danças e dos brinquedos e brincadeiras infantis, considerando-os fatores de educação, de desenvolvimento do gosto pela música/dança e de sociabilidade, valorizando-se o material tradicional com vistas ao seu aproveitamento no processo educativo. As canções devem ser transmitidas em pauta musical com o respectivo texto e as demais indicações necessárias: tessitura conveniente para voz infantil, detalhes da prosódia musical, eventual movimentação. (COMISSÃO NACIONAL DO FOLCLORE, 1995, p. 3).

Além de desenvolver a resistência física e habilidades neuromusculares, “do domínio emocional e da capacidade de ajustamento, da auto-expressão através dos jogos envolve uma imensa variedade de objetivos que caem nas duas categorias e precisam ser combinados com relativa coordenação pedagógica.” (FERNANDES, 2003, p.226). Sem dúvida existe diversão nas atividades folclóricas, mas há também uma mentalidade que se sustenta, se renova e que orienta o comportamento humano. Os jogos auxiliam o convívio social da criança, pois favorecem o trabalho do educador e contribuem para eliminar,

gradualmente, várias dificuldades enfrentadas pelos alunos com as pessoas do seu convívio e consigo mesmo, para com os outros. “Pelo jogo e pela recreação, a criança se prepara para a vida, amadurece para tornar-se um adulto em seu meio social.” (FERNANDES, 2003, p. 66).

Sobre optar por embasar a pesquisa também, na disciplina de Literatura Infantil, citamos outro trecho da mesma:

16. Incentivar a produção de textos e outros recursos em linguagem acessível ao leigo, bem como a produção de textos para deficiente visual e/ou auditivo, recorrendo-se para a sua divulgação a veículos diversos: publicações acadêmicas, revistas de educação, programas de rádio e televisão, programas produzidos pelas televisões educativas e publicações paradidáticas.[...]

[...]18. Reconhecer a diversidade lingüística do Brasil e respeitar, sem discriminação, os falantes procedentes das várias regiões e de todas as camadas sócio-culturais. (COMISSÃO NACIONAL DO FOLCLORE, 1995, p. 3).

Nesta citação estão contidas recomendações que embasam mais claramente futuras ementas, programa político pedagógico e documentos a serem localizados, reunidos, selecionados e sistematizados.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/96 (BRASIL, 1996, p.1-2) no artigo que visa os princípios e fins da educação nacional, o professor deve ministrar suas aulas seguindo: “II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber... XI- vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as praticas sociais”.

Contudo, mesmo que o folclore e a cultura sejam protegidos legalmente, a LDB (BRASIL, 1996) prescrevendo que o professor deve ministrar suas aulas seguindo princípios que possam ser embasados na cultura, parece-nos que os cursos de Pedagogia necessitam voltar devida atenção à temática folclórica.

A partir dessa reflexão, surgiu-nos como problematização saber se o curso de Pedagogia da FFC de Marília, entre os anos de 1959 e 2012, tem se diferenciado dos demais quanto a esse aspecto ou se, igualmente, vêm refletindo e/ou reforçando essa tendência de privar os seus alunos, futuros professores, quanto à formação necessária para se trabalhar tal temática com as crianças.

Tal recorte se deve ao fato de que, em 1959 começa a funcionar o curso de Pedagogia na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília – FAFI, atual Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC – Unesp/Campus de Marília. Quanto ao prazo final, ano de 2012, a minha opção decorre da necessidade de todo pesquisador distanciar, no tempo histórico, do seu objeto de estudo, para poder compreender seus aspectos de forma global.

Sendo assim, o objetivo geral almejado foi identificar e analisar aspectos que possam evidenciar se a temática folclórica foi e são privilegiados no curso de Pedagogia da Unesp de Marília, entre 1959 e 2012. Ainda, foram objetivos específicos, contribuir com as reflexões sobre: A importância da temática folclórica para a cultura e educação brasileira; a formação de professore(a)s quanto aos aspectos da temática folclórica a fim de auxiliar na

busca de soluções para os problemas do nosso ensino; e contribuir para o desenvolvimento de pesquisas correlatas.

Por todo exposto, acredito que foi pertinente desenvolver o projeto ora proposto, mediante análise dos aspectos do projeto político pedagógico e dos planos de ensino, particularmente das ementas norteadoras das disciplinas que compuseram, e ou ainda compõem, o Curso de Pedagogia da FFC – Unesp de Marília, entre 1962 e 2011. Trata-se, portanto, de pesquisa documental quanto às fontes.

Pelo exposto, pareceu-me que um primeiro trabalho de coleta de dados deveria ser encaminhado mediante a metodologia de Marilena Leite Paes (2004), para quem “o levantamento deve ter início pelo exame dos estatutos, regimentos, regulamentos, normas, organogramas e demais documentos constitutivos da instituição mantenedora do arquivo a ser complementado pela coleta de informações sobre sua documentação.” (PAES, 2004, p.35).

Nesse sentido, os documentos (projeto político pedagógico e planos de ensino) foram localizados, reunidos, selecionados e sistematizados por meio de um instrumento de pesquisa, com os seguintes aspectos sistematizados: referências; síntese do conteúdo; informações adicionais, sobretudo quanto a aspectos da materialidade dos documentos. Segundo Bellotto (1979, p. 133), o instrumento de pesquisa se caracteriza como uma das “[...] vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História”.

### **Forma de análise dos resultados**

Para a concretização da etapa de análise dos aspectos reunidos mediante os instrumentos de pesquisa elaborados, como mencionado acima, pareceu-nos pertinente encaminhá-las mediante “análise dos aspectos da configuração textual” como concebido por Magnani (1993; 1997) /Mortatti (2000). São aspectos da configuração textual:

[...] conjunto de aspectos constitutivos de determinado texto, os quais permitem à investigadora reconhecê-lo e interrogá-lo como objeto singular e vigoroso (STAROBINSKI, 1988) e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus objetivos, necessidades e interesses. Tais aspectos referem-se: às opções temático-conteudísticas (o quê?) e estruturais-formais (como?), projetadas por um determinado sujeito (quem?), que se apresenta como autor de um discurso produzido de determinado ponto de vista e lugar social (de onde?) e momento histórico (quando?), movido por certas necessidades (por quê) e propósitos (para quê), visando a determinado efeito em determinado tipo de leitor (para quem?) e logrando determinado tipo de circulação, utilização e repercussão. (MORTATTI, 2000, p. 31).

### **Resultados parciais**

Acredito, até o momento que- é necessário focar especial atenção nos aspectos dos planos de ensino das disciplinas à partir do ano de 1997, pois a LDB/Lei nº 9.394 foi



promulgada em 20 de dezembro de 1996. E, portanto, conclui-se até então que devemos focar análise ou enfatizar os aspectos das disciplinas de Conteúdo, metodologia e prática de ensino de: Literatura Infantil e Jogos e Atividades Lúdicas. Ressalta-se a propósito que tais disciplinas foram privilegiadas em apreciação a Carta Nacional do Folclore reescrita em 1995, que denota preocupação com o ensino nacional e que, em meio a diversas sugestões, indica levantamentos mais completos possíveis sobre materiais folclóricos e a necessidade de se incentivar a produção textos literários sobre essa temática.

Foi possível, localizar, sistematizar e analisar, 1354 planos de ensino, referentes à 39 anos do curso de pedagogia da Unesp de Marília. Embora 46 disciplinas apresentem em seus planos de ensino aspectos da configuração textual proposta, não são todas que contemplam completamente a análise da configuração textual. Com exceção de duas disciplinas ministradas pelo professor Dr. Xidieh que compunha o corpo docente da Unesp de Marília, nas primeiras décadas de existência do curso, sendo estas as décadas de 60 e 70.

## Referências

ARRUDA, M. A. N; GARCIA, S.G. Florestan Fernandes, Mestre da Sociologia Moderna. Brasília, *Paralelo*, n.15, p. 63-76, 2003.

BELLOTTO, Heloísa Liberatti. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: Congresso Brasileiro de Arquivologia, 4, 1979, *Anais...*, p. 133-147.

\_\_\_\_BIASI, L. M. *Escola, folclore e cultura: perspectivas políticas e pedagógicas*. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade da Educação da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2008.

BRANDÃO, C. F. *LDB passo a passo*. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL, Constituição: 1988: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Federal da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de dez.1996.

CAVALCANTI, M. L. V. C; VILHENA, L. R. P. *Traçando fronteiras: Florestan Fernandes e a marginalização do folclore*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.3, n.5, 1990, p. 75- 92.

\_\_\_\_CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE, VIII, 1995, Salvador, BA. Carta Nacional do Folclore. Boletim Informativo, 1995.

CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. Porto Alegre, RS: ARTMED, 2011.

FERNANDES, F. *As "Trocinhas" do Bom Retiro: Contribuição ao Estudo Folclórico e Sociológico da Cultura e dos Grupos Infantis*. *Proposições*, São Paulo, v.15, n.1 (43), p. 229-249, jan./abr., 2004.

FERNANDES, F. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GARCIA, S. G. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2), p. 143-167, Nov, 2001.

IANNI, O. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

KROEBER, A. L. *A natureza da cultura*. Lisboa: Edições 70, 1993.

LARAIA, R.B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

MAGNANI, M. R. M. *Em sobressaltos: formação de professora*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Os sentidos da alfabetização: a “questão” e a constituição de um objeto de estudo (São Paulo – 1876/1994). Presidente Prudente, SP, 1997. Tese (Doutorado), FCT/UNESP.

\_\_\_\_\_. Os sentidos da alfabetização: São Paulo/ 1876-1994. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

OSTETTO, L. E. *Educação Infantil*. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

PAES, M. L. *Arquivo: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.